



ATAS DO XII CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

BRAGA / UNIVERSIDADE DO MINHO
CAMPUS DE GUALTAR / 11 - 13 SETEMBRO 2013

ORGANIZADORES:

Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

EDITOR: CIEd – Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho

APOIO: **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Universidade do Minho
Instituto de Educação



Título

Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia

Organizadores

Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; Amanda Franco & Ricardo Monginho

Editor

Centro de Investigação em Educação (CIEE) / Instituto de Educação
Universidade Minho

4710-057 Braga
1.000 exemplares

Design

ANACMYK
anacmyk@gmail.com

ISBN

978-989-8525-22-2

Setembro 2013

Apoio à edição:

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Educação e Ciência



A PEDAGOGIA DE LEONARDO COIMBRA E SEUS DISCÍPULOS

Artur Manso

Universidade do Minho

amanso@ie.uminho.pt

RESUMO: No seguimento da minha investigação em torno do debate sobre o ensino e a educação em Portugal ao longo do século XX, com especial enfoque no movimento da *Renascença Portuguesa* que albergou professores e pedagogos de renome em torno de um projecto de renovação educacional em Portugal, nomeadamente no que ao ensino superior dizia respeito, esboçarei, agora a linhagem pedagógico-filosófica da designada primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1932) intimamente ligada à personalidade e ao magistério do seu fundador, o filósofo, professor e político Leonardo Coimbra (1883-1936). Aqui, ainda que brevemente, darei a conhecer a base e o desenvolvimento do trabalho pedagógico-educativo de um rol de personalidades que directa ou indirectamente orientaram o seu magistério, no ensino universitário, liceal e outro, bem como o seu desempenho educativo em diversas áreas não escolares, no pensamento e acção pedagógica de Leonardo Coimbra.

Introdução

A presente comunicação retoma e complementa anteriores investigações em torno da reflexão filosófico-educativa que teve origem no movimento da *Renascença Portuguesa*, surgido com o advento da República e suportado no conjunto das ideias de Leonardo Coimbra. Aqui, de forma sucinta, apresentarei a reflexão em torno do ensino e da educação de alguns intelectuais que independentemente do seu posicionamento político refletem claramente o ideário leonardino. Outros haverá que mereciam figurar neste trabalho e que futuramente hão-de alargar esta investigação.

1. Leonardo Coimbra (1883-1936)

Leonardo Coimbra foi um dos intelectuais mais marcantes de Portugal na primeira metade do século XX. Filósofo e político, fervoroso adepto da República que serviu no Parlamento e noutros cargos políticos que desempenhou, nomeadamente, como Ministro da Instrução Pública durante dois períodos: entre 2-4 e 28-6 de 1919 e entre 30-11-1922 e 8-1-1923. Juntamente com outros intelectuais, ajudou a fundar, no Porto, a *Renascença Portuguesa* cujo órgão de difusão foi a revista *A Águia*. Este Movimento de forte pendor nacionalista e espiritualista, tinha como objectivo ajudar a nova

Democracia a estabelecer em todo o país um ideário sócio-pedagógico renovado que servisse todos os portugueses.

As suas ideias pedagógicas encontram-se sintetizadas no programa que redigiu para a Educação Nacional, texto apresentado ao Congresso da Esquerda Democrática que ocorreu em 1926 e, de uma maneira ou de outra, nas suas linhas gerais, retomado pelos seus discípulos em diferentes períodos e diversos contextos.

A finalidade educativa

Para Leonardo a educação deveria começar na família à qual compete garantir um são crescimento dos indivíduos, começando a dotá-los da “capacidade de triunfo na luta pela vida” (Coimbra, 2010: 151), formando-lhes um espírito totalmente livre: “educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana [...]. Cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psicossocial que é o homem” (ib.: 153). Influenciado pelo anarquismo defendeu a liberdade absoluta, condição da educação cívica, da autonomia moral, do domínio técnico e da arte, ou seja, de um plano de educação/formação integral do Homem que se insere numa determinada Pátria, para daí se abrir a todo o mundo, pois, a preocupação da educação é “a cultura nacional-humana” (ib.: 154).

Os direitos e os deveres do Estado

Leonardo Coimbra entendia que “O Estado terá de ser um órgão da cultura” (ib.: 155) e um promotor da liberdade: “O Estado deve a todo o homem, a cultura da sua liberdade criadora da cultura nacional humana”.

‘O Estado não poderá proibir os núcleos de educação que se coloquem dentro deste critério de entendimento no respeito ao espírito dessa cultura’ (ib.: 168). Ao Estado compete, então, regular a cultura, não podendo arrogar-se o exclusivo da sua transmissão, devendo, ainda, garantir a igualdade de acesso e as condições de ensino a todos, partilhando a tarefa educativa com outras associações particulares e cooperativas que tenham os mesmos propósitos: “Ensino particular livre [...]; ensino oficial igual para todos dentro do mínimo de educação que a todos for imprescindível para serem liberdades co-participantes na obra da cultura” (ib.: 168).

O Quadro da Educação nacional

Leonardo entendia que “A educação oficial [teria que ser] [...] dada no seu mínimo a todos e aberta no seu máximo aos mais capazes, venham de onde vierem” (ib.: 170). Seria por isso uma tarefa inter-ministerial: “O ministério do trabalho, tomando para si a higiene pública, deverá cuidar da Eugénica, pela assistência económica e médica [...], das bases fundamentais da higiene geral, higiene do casamento, sexual, da mulher, gravidez e da criança” (ib.: 170). Ao Ministério da Justiça competiria fiscalizar a “liberdade de imprensa e propaganda no livro, no jornal, no teatro e na conferência” (ib.: 170). A polícia deveria dar “ao meio um aspecto exterior de limpeza moral, que permita o passeio de uma criança pelas ruas, sem a influência má e feia dos palavrões” (ib.: 170).

Para coordenar todo o esforço educativo propunha um Instituto Superior da Educação Nacional, que, entre outras tarefas, publicaria no seu boletim “documentos e elucidações necessárias, a par dos conselhos e direcções para médicos escolares e municipais” (ib.: 170).

Leonardo rejeitava o cientismo educativo apelando a uma pedagogia diferenciada, que por um lado, formasse as capacidades técnicas e por outro lado, fortalecesse as capacidades intelectuais: “Os teóricos costumam dividir a pedagogia em formal e material, a que atende à actividade e a que atende à matéria que essa actividade terá de assimilar’

‘uma desenvolveria o espírito do aluno [...] a outra faria o aluno um homem culto’.

‘Erro: nem é possível desenvolver a actividade cultural sem que o espírito faça cultura, nem pode este possuir cultura sem a *fazer*’ (ib.: 171).

Ao longo dos tempos os discursos educativos continuam a falar da qualidade de vida e em criar espíritos livres e criativos, mas em nome da ciência e outros saberes selectivamente escolhidos de acordo com os interesses políticos, os jovens são obrigados a ir para a escola, distribui-se-lhes um currículo determinado que os ocupa sete ou oito horas do dia com tarefas inúteis, facto que entristecia Leonardo: “os estudantes saem hoje, em regra, tristes, fatigados, sem a alegria de viver que é, no homem, a alegria de *compreender*, incapazes de reacções vitais, criadoras e entusiastas’.

‘Porquê?’

‘Porque se está praticando uma verdadeira violência moral com essas vítimas, a flor, o escol dum povo, e que amanhã deveriam ter as responsabilidades da vida social’.

‘Se um aluno entra na escola pelas nove da manhã e sai depois das cinco, é lícito perguntar-se pelo horário de trabalho, que ao operário manual não consente semelhantes atletismos’ (ib.: 172).

A organização da Educação

Leonardo serviu-se do quadrinómio de Roberty para apresentar a sua proposta de reorganização do ensino em Portugal: “ciência; filosofia; arte e técnica” (ib.: 173), admitindo a divisão clássica das ciências nos dois grupos tradicionais, as ciências da natureza, que têm por função garantir a objectividade e universalidade dos resultados que apresentam e as ciências do espírito que são ciências da reflexão e interpretação, tendo por objectivo problematizar os resultados das primeiras (cf. ib.).

Considerava, ainda, que a filosofia tinha estado demasiado tempo com o estatuto de ciência erudita, ligada às ciências da interpretação, achando que o par ciência-filosofia, deveria coordenar a organização de todo o ensino: “Teríamos então o binómio ciência-filosofia, distribuído hoje nas Universidades em ciências da natureza e ciências do espírito e a filosofia, com os nomes de faculdades de ciência, contendo as primeiras, e faculdades de letras, contendo as duas últimas” (ib.: 174).

O Ensino Fundamental

O homem é um ser inteiramente livre e enquanto tal, Leonardo jamais poderia compreender que se tornasse submisso ao produto das suas criações, ele “antes de ser um especialista é um homem, e só será um homem completo com as capacidades científicas, filosóficas, estéticas e técnicas” (ib.: 177). O ensino fundamental incluiria as escolas primárias e primárias superiores, bem como o primeiro ciclo dos liceus e os cursos técnicos. O ensino superior estava reservado para os que se revelassem melhores na frequência dos liceus, espécie de propedêutica para o último grau de ensino, o universitário. O ensino pré-primário ainda não se lhe apresentava como um problema, embora já o incluísse no seu esquema.

As escolas fundamentais eram assim o suporte essencial do sistema de ensino proposto por Leonardo e por isso deviam estar implantadas em todo o país: “Uma

escola destas em cada concelho [...] com três, quatro, seis professores, conforme a frequência e as possibilidades” (ib.: 178). Esta escola tinha por finalidade agregar à sua volta tudo o que se relacionasse com a cultura da Nação: “Não queiram que as cidades esgotem a raça e a nação, desprezando a vida nacional das aldeias, vilas e dos campos. A escola do ensino fundamental, erguendo a vontade cultural por todo o país, batendo no coração longínquo dum povoado a alta voz do amor patriótico, a hora alta de cultura humana” (ib.: 178).

Para fechar o sistema de ensino propunha a criação de um Instituto que desse unidade a todas as parcelas que contribuem para a orgânica total da educação nacional: “tudo fechando no abraço do Instituto Superior de Educação Nacional, formado pelos nomes mais prestigiosos dos professores de todos os graus, reitores, e homens de ciências e letras de autêntico valor” (ib.: 179). Os melhores e mais capazes não tinham necessariamente de ter saído das universidades, tal como já tinha deixado exemplo ao contratar professores autodidatas, como Teixeira Rego, para a Faculdade de Letras do Porto a que presidiu.

Preconizava, ainda, a criação de escolas especiais para a formação de professores: “A preparação dos professores das escolas profissionais, técnicas especiais, seria feita, depois da respectiva cultura teórica e artística numa escola especial, à qual seria anexo o Instituto de orientação profissional” (ib.: 179) e não atribuía estatuto especial às ciências da educação, por considerar que estas deveriam ser entendidas como as várias ciências já existentes em regime de interdisciplinaridade.

2. Os discípulos

Seguidamente e de forma breve, mostrarei como alguns dos seus discípulos refletiram a sua teoria educativa. Relevarei ainda, o Movimento da Renovação Democrática, que por influência de Pedro Veiga e o contributo de alguns dos discípulos de Leonardo, gizou, no início dos anos trinta um programa político para Portugal, onde, naturalmente, a educação tinha a sua parte. A equipa pedagógica e científica deste Movimento abrangia diversas pastas: a pasta da Educação, para a qual estava indigitado José Marinho; a pasta da Cultura, que ficaria a cargo de Delfim Santos; a pasta das Artes e Letras pela qual seria responsável Adolfo Casais Monteiro; a pasta da Propaganda, que estava reservada a Álvaro Ribeiro.

Álvaro Ribeiro (1905-1981)

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas (1931) pela Faculdade de Letras do Porto. Foi-lhe impossibilitado o acesso ao ensino secundário por alegada falta de voz.

Considerava que a educação coincidia com a evolução do sujeito e por isso o ideal era haver um professor para cada aluno. Como tal se revelava impossível, defendia que os alunos se agrupassem pelas diferentes idades e sexos. Mostrava-se contrário às escolas mistas por achar que a educação devia atender aos diferentes níveis de maturação intelectual de homens e de mulheres, tendo em atenção os diferentes níveis de desenvolvimento intelectual, com particular atenção ao momento da transição da meninice para a idade adulta, a puberdade. O ensino oficial deveria decalcar o modelo da família e para tanto, na infância, o principal educador seria a mulher que deveria ter formação a nível das escolas de belas-artes e a partir da juventude passaria a ser o homem, devendo estar organizado de maneira enciclopédica.

O ensino deveria ser gradativo, com as escolas primárias nas freguesias, as escolas do ensino secundário nos concelhos, o ensino liceal nos distritos, devendo haver uma única Universidade Nacional que teria várias extensões. Atenderia ao meio e faria uso do lúdico como forma de desenvolver as qualidades intelectuais de cada um, partindo do concreto para a abstracto. O ensino liceal deveria adoptar o modelo aristotélico com a integração das disciplinas do *trivium* e do *quadrivium* e destinar-se-ia apenas aos melhores, tendo a obrigação de começar a formar a elite que após a formação superior universitária deveria tomar em mãos o destino da Pátria. Competia à Universidade pensar a totalidade da Pátria e ao ensino técnico superior dotar os indivíduos da formação essencial para resolver os problemas do dia a dia das pessoas. Naturalmente, em pleno acordo com o mestre Leonardo Coimbra, advogava o papel central da Filosofia no conjunto da Universidade.

Atendendo às bases clássicas da sua especulação, não incluía o ensino profissional no curso normal da educação por considerar que se preocupava com um modo de fazer e não com um modo de ser da sociedade ou do indivíduo. Entendia a educação como uma arte e não como uma ciência e só a vocação deveria servir para avaliar um bom professor.

José Marinho (1904-1975)

Licenciado em Filologia Românica (1925) pela Faculdade de Letras do Porto, colaborou na Renascença Portuguesa e foi professor dos liceus durante vários anos. Por motivos políticos foi preso e destituído da função pública em 1937. Em 1963 integrou o Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian.

No seu relatório para o Exame de Estado em 1931 intitulado *Teoria e metodologia do ensino do português e do francês*, defendeu que não era possível exercer em termos educativos uma ação sobre outrem e portanto uma educação socializadora seria inútil na medida em que não permitia o auto-conhecimento. Em seu entender, só a liberdade absoluta poderia permitir esse conhecimento porque cada um é igual a si mesmo na mesma medida em que é diferente de todos os outros. Apenas tolerava a existência da escola por reconhecer que uma grande quantidade de indivíduos se mostram, por si sós, em todos os tempos, incapazes de proceder a esse auto-conhecimento, precisando para tal de um apoio exterior. Assim, os professores de cada nível de ensino não deveriam inculcar no indivíduo ideias feitas, auxiliando-os apenas a trilhar os caminhos, todos os caminhos, facilitadores do auto-conhecimento.

A educação deveria, em qualquer caso, repousar na filosofia por ser o único exercício a permitir, em seu entender, apurar a razão de ser de cada um e o seu lugar na existência, para se poder compreender enquanto sujeito que se relaciona com o todo do universo.

Delfim Santos (1907-1966)

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras do Porto (1931). Em 1932 tornou-se professor dos liceus. Foi bolseiro da Junta de Educação Nacional entre 1935-37 e ingressou na Universidade como assistente de Ciências Pedagógicas em 1943, recebendo o grau doutoral no ano seguinte, 1944. Por várias vezes expôs as suas ideias para pôr em funcionamento um Instituto Superior de Educação, mas a Universidade nunca apoiou os seus projectos, mostrando total desinteresse pela área da pedagogia, impedindo, desta maneira, a formação de investigadores e o desenvolvimento entre nós deste área de conhecimento. Em 1963 passou a dirigir o Centro de Investigação Pedagógica que, por sua sugestão, a Fundação Calouste Culbenkian tinha posto a funcionar.

A sua pedagogia é considerada existencial na medida em que compromete a maneira de cada um estar no mundo, relevado pelo compromisso ético e pela acção política. Preconizava um ensino individualizado capaz de ir ao encontro das necessidades de cada um e assente na auto-descoberta. Para tanto, defendia que deviam ser eliminadas as pedagogias e os sistemas de ensino que pretendessem uniformizar o acto de ensinar e de aprender. Elogiando a criança considerava a educação portuguesa abstrata e propunha a sua individualização defendendo que os professores, mais do que especialistas, deveriam saber adequar o ensino às características de cada um. Propunha uma educação diferenciada e escolas polivalentes que permitissem a cada um revelar as suas aptidões e desenvolver as suas vocações, sem a pressão por parte dos pais e do Estado. Tal como outros discípulos de Leonardo, relegou o ensino técnico superior para a área do saber fazer que se afastava do pleno exercício da racionalidade.

Santana Dionísio (1902-1991)

Licenciado em Filologia Germânica (1924) e em Filosofia (1926) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi director de *A Águia* em 1930.

Para além de professor dos liceus, teve uma ampla acção intelectual, preocupando-se com o ensino da filosofia nos liceus e nas universidades, colaborando com a revista *Seara Nova* e proferindo diversas conferências em defesa dos jardins de infância. Defensor de um ensino espontâneo capaz de promover o auto-conhecimento através de um ensino inteiramente livre quer da parte de quem ensina, quer da parte daqueles que aprendem.

Agostinho da Silva (1906-1994)

Licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1928) e doutorado na mesma área e pela mesma Universidade em 1929. É o pensador mais heterodoxo de todos os que frequentaram a Faculdade de Letras do Porto e aquele que mais meditou o destino de Portugal e o papel que cabe à educação no cumprimento desse destino.

É, ainda, de todos aqueles que aprenderam com Leonardo Coimbra, o que nos legou uma reflexão mais apurada no campo educativo, tendo sempre como pano de

fundo o espaço alargado da portugalidade, primeiro Portugal, depois Portugal integrado na Ibéria, a seguir Portugal e Brasil e finalmente, Portugal Brasil e África.

Em *Educação de Portugal*, texto escrito em 1970 e publicado quase vinte anos depois procedeu à crítica do sistema educativo português em todos os seus níveis e imbuído do nacionalismo que sempre caracterizou a sua acção pedagógica, estabeleceu as bases que lhe pareciam essenciais para uma verdadeira educação universal: a saber que Portugal refundasse a península ibérica, que em seguida se entendesse com os países de expressão portuguesa, nomeadamente o Brasil e que depois contagiasse todo o mundo com a missão ecuménica que lhe parecia estar destinada à totalidade do espaço da língua portuguesa.

O Manifesto Pedagógico do Movimento da *Renovação Democrática*

O Movimento político da *Renovação Democrática* surgido em 1932, propunha-se, de certa forma suceder à *Renascença Portuguesa*, tendo adoptado, no capítulo educativo, o seu ideário que era, também, o de Leonardo Coimbra, tal como se pode ler nas posições sócio-educativas surgidas em resposta ao *Inquérito Pedagógico* orientado por Lobo Vilela e divulgado no periódico *Voz da Justiça*, da Figueira da Foz.

Em termos educativos o Movimento da *Renovação Democrática* pretendia proceder a uma reforma total desde o ensino pré primário até ao ensino universitário. Reclamando um ensino de massas propunha-se elevar para os níveis dos países ocidentais mais evoluídos a educação e a cultura do povo português.

3. A pedagogia Universitária

A ideia de Universidade em Leonardo Coimbra

Leonardo Coimbra apresentou a Universidade como o campo do saber teórico: “*Uma universidade é, antes de mais nada, o saber teórico, seja: faculdade de ciências da natureza, faculdade de ciências do espírito e faculdade de filosofia*” (Coimbra, 2010: 174). Saber crítico e fundante que garanta a validade da aplicação técnica ao nível da acção humana: “O resto são a faculdade de belas-artes e as faculdades técnicas, variáveis segundo as necessidades e o condicionalismo de cada região” (ib.: 174). Às primeiras, competia criar o saber, enquanto às segundas estava reservado o papel de aplicarem os

conhecimentos às situações concretas do dia a dia, que comportariam, ainda, o ensino da medicina, do direito, da agronomia, da engenharia, da formação de professores...

Leonardo considerava ser o ensino superior a base em que se devia fundar o projecto educativo de um povo: “O destino superior das ciências teóricas é o desenvolvimento da cultura e a sua utilidade não deve medir-se pelo seu rendimento imediato, mas pela sua produção científica, de professores e alunos, e pela sua acção social de dignificação intelectual do meio” (ib.: 175). O ensino superior teoriza, cria, desenvolve, critica, aperfeiçoa, mas não tem por missão aplicar esses conhecimentos, ele deve ser “a alma da educação nacional, ele, o criador de valores, ele, o formador de profissionais, factores vivos de todo o outro ensino’.

‘A Nação deve amá-lo, ele deve dar à Nação a confiança consciente dos seus destinos, marcando-lhos pelo saber, fazendo-lhos sentir pela Arte, dando-lhos pelas técnicas que os realizam e conquistam” (ib.: 175-176). No topo da hierarquia dos saberes estava a Filosofia. Este ensino destinava-se aos mais capazes, independentemente da sua condição social ou dos conhecimentos certificados.

O legado leonardino em posteriores críticas à Universidade

Os intelectuais que compunham o Movimento da Renovação Democrática procederam à crítica da Universidade portuguesa com o recurso à experiência própria uma vez que concluídos os seus cursos e após ingressarem no mercado de trabalho percebiam que tinham sido mal preparados quando os ensinaram a acreditar “cegamente no valor da ciência, uma ciência árida e dogmática, temos o espírito cheio de fórmulas rígidas e ocas, mas não possuímos aquela cultura essencial, viva, humana, indispensável a todo o homem do nosso tempo” (Vilela, 1933a: 9-10).

As Universidades continuavam a prender-se demasiado ao passado e raramente, como era sua obrigação, projetavam a sua acção no futuro. Uma parte dos malefícios das Universidades encontraram-no na falta de preparação pedagógica dos professores: “Entre nós sucede, porém, que a quase totalidade dos professores universitários carece, em absoluto, de preparação pedagógica, porque oficialmente os consideram dispensados dela. É natural, portanto, que se desinteressem do problema pedagógico” (Vilela, 1933b: 15).

Álvaro Ribeiro criticou duramente a pedagogia dogmática e acrítica que marcava o dia a dia das instituições universitárias. Sob o critério de liberdade absoluta rejeitava a pedagogia vigente por estar sujeita a regulamentos que obrigavam à frequência das aulas e à realização de exames, o que, em seu entender, se opunha ao “estudo livre, ao autodidatismo, ao livre exame, à liberdade de pensamento” (Ribeiro, 2004: 142).

Guiado pela mesma batuta, Delfim Santos reforçava este sentimento: “A extinção da Universidade, só por si, valorizará imenso a nossa cultura; desaparecerá assim um valor negativo que inferioriza grandemente os possíveis valores positivos da cultura nacional [...] As reformas não conseguirão nada” (Santos, 1982: 379).

As mesmas críticas à Universidade podem ser lidas numa parte significativa da obra de Agostinho da Silva, desde a sua juventude até ao final da sua longa vida.

Mais perto de nós, mantendo o mesmo espírito de reforma do ensino universitário, Orlando Vitorino enfatiza que “o nosso ensino superior é, substancialmente, o que dele fez o Marquês de Pombal, orientado pelo pensamento iluminista da época, cujos principais representantes – Verney, R. Sanches, Castro Sarmento – são ainda hoje enaltecidos, através dos panegíricos de A Sérgio e semelhantes” (Vitorino, 1984: 195), acrescentando logo a seguir que “a linha mais sábia e mais original do pensamento pedagógico e didáctico português [...] preconizando que a organização do ensino se deduz da filosofia que Pombal e os pombalinos de ontem e de hoje decretaram ser ‘abominável’, culminou em L. Coimbra e se prolonga até nossos dias nas obras de Delfim Santos, Santana Dionísio, José Marinho, Agostinho da Silva e Álvaro Ribeiro” (ib.: 195). Este autor considerava que as Universidades e as faculdades que as constituíam, direito, letras, economia, etc, apenas reproduziam com o recurso ao ideário iluminista e positivista as elites que nos governavam. A degradação da Universidade e a ignorância da linha reformista iniciada por Leonardo, em seu entender, servia na perfeição os interesses socializantes dos nossos governantes: “A 1ª República foi, toda ela, dominada por dois professores universitários: Teófilo Braga [...] e Afonso Costa. A 2ª República, a salazarista, foi, como ela própria se chegou a denominar um ‘governo de professores’. E na actual 3ª República será deveras instrutivo observar como os professores universitários nela se vão infiltrando” (ib.: 198).

O legado leonardino em posteriores propostas de reforma universitária

A organização

O Movimento da Renovação Democrática expressando o seu pensamento sobre a Universidade que melhor servisse Portugal sugeria que se substituísse “a actual Universidade por um *instituto Superior de Cultura* reservado à cultura superior e à preparação pedagógica e por um *Instituto de Altos Estudos* onde a investigação científica pudesse desenvolver-se livremente, além das *Escolas técnicas* correspondentes a cada profissão” (Vilela, 1933: 35).

A Universidade deveria entender a ciência na transitoriedade e provisoriedade das suas leis, sempre inserida no tecido cultural onde vai germinando. Lobo Vilela apelava a que se introduzisse nos currículos de todos os cursos de via estritamente científica a História da Ciência para que fosse possível “compreender o seu espírito, mostrando como a ciência se faz, a importância dos factos, a evolução dos conceitos, a complexidade dos problemas, o valor das hipóteses, as causas dos erros, a influência dos preconceitos, a fecundidade dos métodos, o poder do génio” (Vilela, 1933a: 24-25). E Delfim Santos lembrava que “O principal defeito no ensino superior de ciências consiste na especialização excessiva e na falta de correlação com o saber total ou cultura” (Santos, 1982: 380). Este autor apenas considerava como ensino universitário, o ensino das Ciências e das Letras. Os restantes cursos, Medicina, Direito, Engenharia, bem como as escolas superiores de Agronomia, Farmácia, Comércio, Belas-Artes, Música, Colonial e Veterinária não deveriam pertencer ao ensino universitário mas sim ao ensino politécnico (cf. Santos, 1982: 376).

O funcionamento

Delfim Santos, estabeleceu de forma mais detalhada o modelo de Universidade que mais convinha a Portugal tendo-a dividido em três faculdades: Filosofia – Ciências - Letras.

A faculdade de Filosofia comportaria as seguintes licenciaturas: Filosofia (para a qual apontava as disciplinas, entre outras mais especulativas, Matemáticas Gerais, Teoria da Experiência Física e Química, Biologia, Sociologia, Psicologia...); Pedagogia (com disciplinas como Filosofia da Educação, Didáctica, Biologia aplicada à educação, Metodologias especiais, Psicologia escolar...); Política e Economia (de que constavam

disciplinas como Matemáticas superiores, História Económica, Geografia Económica, Direito Civil, Finanças...); História (que incluiria, entre outras, as disciplinas de Filosofia da História, Sociologia, História Política...).

Defendia, ainda, que toda e qualquer carreira técnica deveria exigir “a frequência preliminar na Universidade da cadeira de filosofia e história da ciência que mais afim fosse com o curso técnico escolhido. Abolição do F.Q.N e dos preparatórios de engenharia a ministrar nas respectivas escolas, etc.” (Santos, 1982: 382).

A Faculdade de Ciências albergaria as seguintes licenciaturas: Ciências Matemáticas; Ciências Físico-Químicas; Ciências Biológicas e Ciências Geológicas. Numa visão de conjunto do ensino das ciências Delfim Santos ainda esclarecia que “Nas faculdades de Ciências reunir-se-iam as ciências geológicas com as geográficas e o ensino seria feito em todos os grupos com interesse formativo e não apenas informativo [...] Criar-se-iam novas cadeiras; extinguir-se-iam muitas das que actualmente existem e acentuar-se-ia a orientação filosófica, correspondente a cada domínio do saber científico” (Santos, 1982: 386).

A Faculdade de Letras reuniria as seguintes licenciaturas: Cultura Clássica; Cultura Românica; Cultura Germânica; Cultura Portuguesa. O ensino ministrado nesta faculdade deveria perder “o carácter puramente filológico e acentuaria o essencial: a cultura dos povos clássicos, românicos e germânicos em todos os seus aspectos. Desapareceria a licenciatura em ciências históricas e geográficas [...]. Geografia económica, política e social, ou todos os aspectos da geografia humana, passariam para o grupo – história – da primeira faculdade; as geografias, física, matemática, etc., passariam para o grupo – ciências geológicas – da segunda faculdade, onde este estudo está indicado pela sua grande importância na interpretação dos fenómenos geológicos” (Santos, 1982: 387).

Relevando a componente nacionalista da nova Universidade portuguesa, Delfim Santos sugeria que “No grupo de cultura portuguesa, especialização derivada da filologia românica, estudar-se-ia a nossa literatura, a arte e todos os outros aspectos da nossa evolução histórica, como história dos descobrimentos, da colonização, etc. Todas as manifestações da nossa tendência para a filologia e arqueologia seriam assim bem arrumadas num curso que desenvolveria todas as investigações respeitantes ao País” (Santos, 1982: 387).

Para a valorização da profissão docente, Santos defendia que todos os professores adquirissem uma alta preparação pedagógica e filosófica “com um estágio especial na Faculdade de Filosofia, cuja missão, em parte, seria idêntica à das escolas normais superiores francesas” (Santos, 1982: 387).

Inicialmente, Delfim Santos propunha que os professores universitários fossem “preparados nos centros especializados do estrangeiro e seleccionados pelo valor dos trabalhos publicados – e não pelas notas brilhantes dos seus cursos -, seriam encarregados [...] como auxiliares, de conferências públicas bimestrais nos institutos de investigação, formados junto das faculdades, e de conferências de divulgação e propaganda cultural junto do grande público. Só depois de dez anos como professores, sob este regime e tendo, pelo menos, três obras publicadas em que revelassem competência e outras qualidades inerentes à sua função docente, poderiam ser nomeados catedráticos. Nesta nomeação tomariam parte os alunos e os antigos alunos” (Santos, 1982: 388).

Álvaro Ribeiro também apresentou algumas condições para que se pudesse aceder às instituições de cultura que estão sob a alçada do Estado, onde incluía a docência universitária. São suas as seguintes palavras: “A unidade de doutrina é condição indispensável da disciplina e da eficiência dos serviços do Estado, e tal condição exige que, nas instituições de cultura, os agentes sejam recrutados somente entre as pessoas que deram anteriores provas de perfeito acordo com a doutrina estabelecida. A vocação e a fé estão integradas no conceito de competência do educador. A quem tiver um ideal de cultura diverso daquele que o Povo escolheu, e que o Estado perfilha, está lealmente indicado o caminho de colaboração com as instituições particulares” (Ribeiro, 2004: 144).

Quanto à cúpula organizacional das universidades, Delfim Santos propunha que o cargo de Reitor fosse desempenhado por alguém da confiança dos alunos que, por isso, teriam que retificar a sua nomeação e, estes também deveriam estar representados nos diversos Conselhos da Universidade: “A nova organização universitária terá de deslocar o tradicional ponto de apoio da sua antiga congénere. Não poderá continuar a ser a amputação consciente e voluntária do que mais importa: espírito de iniciativa, invenção, acção social e política. A nova Universidade será uma escola de trabalho e terá como únicos meios de selecção aqueles que ponham à prova, não o peso de um saber morto,

mas o espírito de iniciativa, de crítica, curiosidade e inquietação pelos problemas do espírito. Ter um curso universitário é estar apto a servir os outros naquilo que as suas capacidades melhor exprimam a utilidade dessa acção” (Santos, 1982: 389).

O lugar da Filosofia no quadro da educação

Para suprir a falta de formação humanista por parte dos alunos de ciências e a falta de formação científica por parte dos alunos de letras, os discípulos de Leonardo, tal como o seu Mestre, defendiam que na cúpula da Universidade estivesse o saber englobante que só a Filosofia pode permitir.

Para Álvaro Ribeiro, não existia liberdade de pensamento sem os estudos filosóficos e, segundo ele “Na Universidade portuguesa nem sequer há um curso de filosofia: a filosofia – e filosofia sem metafísica, falsa filosofia – é representada no ensino universitário apenas por algumas cadeiras anexas ao curso de habilitação dos professores de história” (Ribeiro, 2004: 141).

Delfim Santos, completava esta apreciação: “Faculdade de filosofia, escola que, para quem tiver a cultura actualizada e perfeita intuição da vida espiritual, deverá ser a alma da Universidade” (Santos, 1982: 380), convencido que estava de que “A ciência, enquanto problemática, é filosofia; as ciências, quando sistematizadas, são o caminhar dirigido pela reflexão filosófica ao longo da natureza” (Santos, 1982: 381).

Agostinho da Silva apelava também para que na futura organização universitária se fundassem “Centros de estudos filosóficos, onde a filosofia significasse pensar Portugal em todos os seus aspectos [...] cuja única lei fosse a liberdade” (Silva, 1972: 44).

4. A pedagogia leonardina em alguns autores actuais

António Quadros (1923-1993)

António Quadros foi discípulo de Delfim Santos. A teleologia da História de Portugal que ocupou parte essencial da sua especulação é devedora da filosofia criacionista de Leonardo Coimbra, agora, assumidamente transposta para a concretude do Homem português e do destino da sua Pátria. Parecia-lhe que a melhor forma de educar o Homem português não eram as escolas e muito menos as universidades que apenas veiculavam um ensino positivista e utilitarista, mas sim a educação pela

experiência da vida que partisse da própria curiosidade de cada um por todas as dimensões que determinam a humanidade, isto é, pela poesia, literatura, arte, ciência... desembocando no universalismo.

Orlando Vitorino (1922-2003)

Orlando Vitorino gizou um projecto de renovação sócio-política de Portugal, no qual, seguindo os trilhos da *Renascença Portuguesa* e de Leonardo Coimbra, tratou a educação com algum cuidado.

Partindo da concepção clássica do Saber e combatendo o ensino meramente técnico e instrumental, recuperou a reflexão de Delfim Santos, Agostinho da Silva e outros intelectuais, reivindicando para todos os níveis de ensino e escolas, a liberdade de ensinar e de aprender, excluindo por completo a possibilidade de o Estado, só por si, poder impor as directrizes *filosóficas, científicas, religiosas, culturais, artísticas...* que o plano educacional deveria prosseguir (cf. Vitorino, 1984: 199-200).

Entendia que o ensino primário deveria ser transferido para a responsabilidade dos municípios e das freguesias introduzindo nas matérias a forma clássica de estruturar o saber, o ler, escrever e contar, dando especial ênfase ao ensino do Português, das ciências físicas e da história heróica, bem como a valorização do estatuto e papel do professor primário (cf. *ib.*: 201ss).

Quanto ao ensino secundário propunha que se iniciasse com um curso “de dois anos, obrigatório para toda a escolaridade secundária” (*ib.*: 202), prosseguindo e ampliando as áreas anteriormente referidas deveria este nível de ensino terminar com “um ciclo final de um ano, reservado exclusivamente ao trânsito para o ensino superior, que incidirá, consoante o ramo universitário a que o aluno se destina, sobre conhecimentos teóricos das ciências desse ramo” (*ib.*: 202).

Em relação ao ensino superior e depois de apelar à extinção das atuais universidades, o autor, em plena sintonia com a herança de Leonardo e dos renascentes, propunha três ordens de cursos:

os *técnicos superiores*, repartidos pelas seguintes áreas: *engenharia, economia, direito, agronomia, pedagogia, artes militares, administração pública, arte, biologia* (cf. *ib.*: 204-205) cada qual com as respectivas formações específicas;

os *teóricos superiores*, devidamente articulados com os anteriores e albergados em *Ciências puras, política, biologia, estética*, cada qual albergando as respectivas formações específicas (cf. *ib.*: 206);

o *curso superior de Filosofia*, espécie de corolário de todo o sistema educativo constituído por *lógica, metafísica, ontologia, teologia, filosofia do direito, filosofia da natureza* “de duração indefinida” e obrigatório “para ingresso na docência universitária, com excepção dos casos pessoais confirmados pelo valor de uma obra” (*ib.*: 207).

Manuel Ferreira Patrício (1938)

Tem dedicado grande parte da sua investigação à pedagogia de Leonardo Coimbra e ao Movimento da *Renascença Portuguesa*.

As suas reflexões sobre a educação em geral e o ensino escolar em particular enfermam do ideário de Leonardo e em parte está plasmado na AEPEC – Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, surgida após a proposta de Reforma do Sistema Educativo de 1986, que até hoje já promoveu cerca de uma dezena de Congressos Científico-Pedagógicos em favor de uma escola globalizadora e universalista, tendo contraposto ao modelo de Área Escola o de Escola Cultural.

As *Bases Filosófico-Pedagógicas* que Manuel Ferreira Patrício estabeleceu para a Escola Cultural enfatizam que o sujeito da educação deve ser a pessoa, que a teoria da educação se deve basear na cultura, que a escola deve ser a “oficina da humanidade” perfeitamente integrada na comunidade em que se insere e na vida que a alimenta, considerando de igual modo a dimensão perceptiva, cognitiva e racional, ética, estética e religiosa do ser humano e concedendo a cada um a total liberdade de aprender. A AEPEC pugna por uma escola que assente as aprendizagens simultaneamente na dimensão curricular e na extra-curricular, baseadas, ambas, no projecto de ensino e de aprendizagem que deve coincidir com o projecto de vida de cada um.

Jesué Pinharanda Gomes (1939)

Investigador independente e autodidata, discípulo assumido de Álvaro Ribeiro com quem, em Lisboa, foi assíduo na tertúlia da *Filosofia Portuguesa*, movimento em que se veio a inserir, elegendo como tema central de reflexão a relação Teologia-Filosofia-Pedagogia.

A sua meditação filosófica à luz dos ensinamentos dos seus mestres levaram-no a escrever títulos como, *Pensamento português*, *História da Filosofia Portuguesa*, *Liberdade de pensamento e autonomia de Portugal: a controvérsia da Filosofia Portuguesa*, *Entre Teologia e Filosofia*, tendo também elaborado, em 1972 o importante *Inquérito Sobre a Filosofia Portuguesa*. No ensaio *A 'Escola Portuense': uma Introdução histórico-filosófica*, traça a linhagem e o desenvolvimento desta singular escola que nasceu sob a égide de Leonardo Coimbra e a ação efetiva da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, formando uma singular escol que veio a marcar a reflexão filosófica e pedagógica ao longo do século XX.

No seguimento da pedagogia traçada por Leonardo e desenvolvida por Álvaro Ribeiro, Pinharanda considera que toda a pedagogia é anagogia, libertação para o auto-conhecimento no exercício de uma liberdade absoluta, onde as tertúlias devem desempenhar uma importante função pedagógica e educativa.

Para terminar

Não quero concluir dizendo que esta pesquisa chegou ao fim, mas tão só, que o termo desta investigação indicia já um desenvolvimento futuro, nomeadamente na procura das linhas de continuidade e de rotura de que é devedor o pensamento filosófico-pedagógico dos autores atuais aqui destacados em relação à herança de Leonardo Coimbra e dos seus primeiros discípulos.

Referências bibliográficas

- Coimbra, Leonardo (2007), “A questão universitária (discurso parlamentar)”, in *Obras completas*, vol. IV, Lisboa: IN-CM, pp. 31-51.
- Coimbra, Leonardo (2010), “O problema da educação nacional (tese apresentada ao Congresso da Esquerda Democrática realizado em 1926)”, in *Obras completas*, vol. VI, Lisboa: IN-CM, pp. 149-181.
- Gomes, Pinharanda (2005), *A 'Escola Portuense': uma Introdução histórico-filosófica*, Porto: Caixotim.
- Marinho, José (1976), *Verdade, condição e destino no pensamento português contemporâneo*, Porto: Lello & Irmão.

- Patrício, Manuel Ferreira (2000), “Filosofia da Educação em Portugal no século XX”, in AA. VV., *História do pensamento filosófico português* (dir. Pedro Calafate), vol. V, tomo 2, Lisboa: Caminho, pp. 71-134.
- Patrício, Manuel Ferreira (2002), “O problema da educação na Renascença Portuguesa”, in AA. VV., *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos*, vol. I, Lisboa: UCP–CRP/IN-CM, pp. 367-381.
- Quadros, António (1956), *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade*, Lisboa: Cidade Nova.
- Quadros, António (1988), "Leonardo Coimbra e os seus discípulos", *Nova Renascença*, vol. 8, nº 29, pp. 14-30.
- Ribeiro, Álvaro (1959), *Escola formal*, Lisboa: Guimarães Ed.
- Ribeiro, Álvaro (2004), “Inquérito sobre a Universidade”, in *Dispersos e inéditos*, vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 139-145.
- S/a [Veiga, Pedro & Ribeiro, Álvaro] (1933), *A organização da democracia – manifesto político do grupo Renovação Democrática*, S/l: Editorial Renovação Democrática.
- Sant’anna, Dionísio (1930), *Do ensino da filosofia nos liceus*, Porto: Renascença Portuguesa.
- Sant’anna, Dionísio (1952), *A filosofia como objecto da pedagogia*, Lisboa: Seara Nova.
- Santos, Delfim (1982), “Linha geral da nova Universidade”, in *Obras completas*, vol. II, 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-390.
- Silva, Agostinho da (1972), “Fundação Nacional”, *Vida Mundial* (8-9-1972), Lisboa, p. 44.
- Silva, Agostinho da (2000), “Educação de Portugal”. In *Textos pedagógicos II*, Lisboa: Âncora, pp. 89-151.
- Vilela, A. Lobo (1933a), *A crise da Universidade*, Figueira da Foz: Cadernos de Cultura Democratista.
- Vitorino, Orlando (1984), *Exaltação da filosofia derrotada*, Lisboa: Guimarães Ed..

Agradecimento: Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/CED/UI1661/2011 do CIED.

